



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO LATO-SENSU EM GESTÃO PÚBLICA
MUNICIPAL**

**ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO DE OBSERVATÓRIO
SOCIAL NA REGIÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS
MUNICÍPIOS DO PLANALTO MÉDIO - AMUPLAM**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Jacson Adão Pinheiro

Santa Maria, RS, Brasil – 2015

**ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO DE OBSERVATÓRIO
SOCIAL NA REGIÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS
DO PLANALTO MÉDIO - AMUPLAM**

Por

Jacson Adão Pinheiro

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização Lato-Sensu em Gestão Pública Municipal (EAD) da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito
parcial para obtenção de título de
Especialista em Gestão Pública Municipal

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Rossi Madruga

**Santa Maria, RS, Brasil
2015**

Universidade Federal De Santa Maria – UFSM
Programa de Pós-Graduação– Lato Sensu– em Gestão Pública
Municipal na Modalidade a Distância.

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Monografia
de Pós-Graduação:

ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO DE OBSERVATÓRIO
SOCIAL NA REGIÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS
DO PLANALTO MÉDIO - AMUPLAM

elaborada por:
Jacson Adão Pinheiro

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Gestão Pública Municipal

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Sergio Rossi Madruga (UFSM)
Presidente/Orientador

Prof. Dr. Andrei Giovanni Maia (UFSM)
Examinador

Prof. Dr. Guerino Antonio Tonin (UFSM)
Examinador

Santa Maria, 19 de dezembro de 2015.

RESUMO

O presente trabalho de monografia analisou de forma descritiva a viabilidade de implantação de um Observatório Social na região da AMUPLAM. Observou-se que o cumprimento das funções atribuídas ao controle social, executados pela sociedade em sua forma plena através de uma associação instituída com esta finalidade precípua é a melhor forma de obter um controle das atividades do ente público. Com o objetivo de apoiar as ações de Governo, minimizando custo e aprimorando o gasto público de forma a conter desvios e fraudes o Observatório Social atua de modo a realizar um controle fiscalizatório paralelo, como órgão independente. A pesquisa descritiva realizada dentro dos municípios integrantes da Região da AMUPLAM constatou a necessidade e a viabilidade de implantar o Observatório Social. Os dados obtidos demonstraram a capacidade do município de Ijuí ser o núcleo operacional, sede do Observatório Social visto que preenche todos os requisitos em termos de números de habitantes, entidades sociais e profissionais liberais, contando, contudo com núcleos de apoio nos demais municípios integrantes da região envolvida.

PALAVRAS CHAVE: Controle Social. Participação da Sociedade. Qualidade do Gasto Público.

ABSTRACT

This monograph study analyzed descriptively the implementation feasibility of a Social Observatory in the AMUPLAM region. It was observed that the fulfillment of the tasks assigned to social control, executed by the company in its full form through a partnership established with this primary aim is the best way to get a grip of the activities of the public entity. Aiming to support government actions, minimizing cost and improving public spending to contain deviations and fraud Social Observatory acts to hold a fiscalization control parallel, as an independent body. The descriptive research conducted within of the municipalities of the Region AMUPLAM noted the need and feasibility of implementing the Social Observatory. The data obtained showed the Ijuí city's ability to be the operating core, seat of the Social Observatory since it meets all the requirements in terms of population numbers, social organizations and professionals, provided, however with support centers in other municipalities member of region involved.

KEYWORDS Social control. Participation of the Company. Public Spending quality.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que abriram a janela por onde vislumbro um horizonte superior, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética presente.

Ao meu orientador professor Sergio Rossi Madruga, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

Aos meus familiares, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dados dos Municípios da AMUPLAM.....	23
Tabela 2: Municípios e Entidades com Potencial de Apoio ao Observatório Social. .	25

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 Objetivos	9
1.1.1 Objetivo Geral	9
1.1.2 Objetivos Específicos	9
1.2 Justificativa.....	9
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	11
2.1 Participação Popular.....	11
2.1.1 Participação Social	12
2.1.2 Controle Social	13
2.2 Observatório Social.....	14
2.2.1 Observatório Social Regional	16
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	18
3.1 Tipo de Pesquisa e Abordagem	18
3.2 Procedimento Técnico da Pesquisa	19
3.2.1 População Analisada.....	20
3.3 Limitações da Pesquisa em Função do Método Aplicado	20
4 ANÁLISES DOS RESULTADOS	22
4.1 Dados da Região Analisada	22
4.1.1 Dados dos Municípios da Região Analisada	22
4.1.2 Dados das Entidades da Região Analisada que Poderão Apoiar o Projeto.....	23
4.2 Dados para Implantação do Observatório Social.....	26
4.3 Outras Considerações	29
5 CONCLUSÃO	30
REFERÊNCIAS.....	32

1 INTRODUÇÃO

Para viver em sociedade faz-se necessário agir segundo alguns valores pré-estabelecidos e profundamente difundidos quanto à justiça, a moral e os costumes sociais. O homem social deve agir de forma correta e justa exercendo suas atividades e o controle de sua vida enquanto indivíduo e enquanto parte da sociedade para não ficar a margem do que é considerado ideal.

Em se tratando do ente e das atividades públicas, estas devem ser justas, formais, legais e acessíveis, transparentes a toda sociedade. Para garantir a aplicação dessas prerrogativas surgem grupos com afinidade de ideias, voltadas ao sentido humanitário, social, que não visam lucros e que buscam um maior controle do gasto público oriundo da contribuição tributária de cada indivíduo.

O conhecimento já experimentado demonstra que a melhor forma de organizar estes grupos é a constituição de uma pessoa jurídica voltada a um fim social, sendo as formas existentes de pessoas jurídicas a fundação ou associação, ambas denominadas de entidades de interesse social.

Neste sentido grupos não remunerados e sem vinculação partidária, de forma voluntária, procuram formar uma entidade para interagir na busca de um controle mais efetivo das políticas públicas desenvolvidas pelos entes, controlando a licitude dos atos praticados pelos diversos órgãos vinculados a ele.

Surge desta forma a figura dos Observatórios Sociais, com a intenção do bem comum, indivíduos com os mesmo ideais constituem uma pessoa jurídica com fim social, objetivando um maior controle do gasto público, dentro de normas e regras já pré-estabelecidas. Este grupo atua no sentido de suprir a falta de controle e de fiscalização de orçamentos públicos que podem levar a desperdícios e gastos desnecessários.

Através das leituras em sites e cartilhas de Observatórios Sociais existentes pode-se entender se a metodologia de ação de Observatórios Sociais é possível de ser operacionalizada para atendimento de uma determinada região.

1.1 Objetivo

Esta pesquisa analisou uma determinada região, verificando suas potencialidades, suas necessidades e sua capacidade de implantação de um Observatório Social. O objetivo é demonstrar a viabilidade de implantação do Observatório Social Regional e junto a este ter a possibilidade de exercer um controle social mais eficiente frente às ações de governo ligadas a região da AMUPLAM

1.1.1 Objetivo Geral

Estudar a região da AMUPLAM (Associação dos Municípios da Região do Planalto Médio) para verificar a viabilidade de implantação de um Observatório Social Regionalizado.

1.1.2 Objetivos Específicos

- a) Selecionar a normativa a respeito da implantação e operacionalização do Observatório Social Regional;
- b) Definir variáveis que poderão contribuir para o maior controle do gasto público;

1.2 Justificativa

Atualmente, as empresas e até mesmo a sociedade percebem a necessidade de um maior controle do gasto público, haja vista tantos maus exemplos de gestão pública diariamente noticiada, bem como a utilização indevida de recursos públicos. A cada dia se faz mais necessário a atividade de um controle paralelo de forma imparcial, um controle social verdadeiro advindo do povo sem vícios.

Partindo desta necessidade de controle e aprimoramento do gasto público, grupos integrados por multiprofissionais ligados a diversas áreas de atuação têm formado entidades para desenvolver técnicas de controle de forma conjunta, buscando um melhor desempenho das atividades públicas, bem como um gasto

público mais aprimorado, seguindo as regras da legislação vigente. Estes grupos tentam inibir a corrupção e diminuir os desperdícios dos recursos públicos, bem, como evitar roubos e desvios.

Neste contexto a implantação dos Observatórios Sociais vem aperfeiçoar o controle e a fiscalização da atividade pública, seus atos e resultados, seguindo uma padronização.

Assim sendo, justifica-se sua realização por:

- a) Contribuir com a sociedade, minimizar erros, aprimorar a forma com que o gasto público é realizado, melhorar a qualidade do gasto público, tornando os orçamentos públicos mais eficazes;
- b) Permitir a comparabilidade entre a forma em que o gasto público ocorre nos diversos setores da sociedade e como deveria ocorrer, verificar os procedimentos efetuados pelos diversos órgãos, analisando sua licitude e aplicabilidade, sempre procurando ter um melhor resultado, com um custo menor e uma maior qualidade da despesa pública.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O tema para esta pesquisa resultou da busca de dados da região envolvida, suas necessidades, seus potenciais, a população e os recursos que o poder público possui em seus orçamentos anuais. Foi observada também a necessidade que a região possui de um maior controle social sobre os recursos públicos, de forma a contribuir com a melhor gestão, evitando os dispêndios de recursos nos diversos entes públicos envolvidos.

O controle social é algo ainda muito novo em nosso país. Observa-se diariamente nos meios de comunicação a necessidade de um maior controle do gasto público, de um acompanhamento na forma de gastar, da maneira de fiscalizar, e até mesmo da licitude do que é feito por alguns agentes públicos ao efetuar compras e licitações. Na tentativa de implantar um maior Controle Social em nossa região, buscou-se realizar um levantamento sobre os tipos e formas de controle social existente e atuante na região. Quais as possibilidades e o que poderia melhorar dentro dessa região com uma contribuição mais efetiva da sociedade. Diante dessa perspectiva percebe-se a necessidade de implantação de um Observatório Social Regional, com vistas a aprimorar o controle social hoje existente.

Como não existe literatura específica sobre Controle Social buscou-se através de informações dos Observatórios Sociais existentes no Brasil entender quais as formas e meios de seu funcionamento e em que contribuem para a sociedade a qual estão inseridos.

De posse das informações foi possível avaliar os dados e analisar a viabilidade de implantação na região da AMUPLAM, de maneira a aprimorar o controle social, melhorar a qualidade do gasto público, proporcionar meios para evitar desvios e fraudes e dar maior transparência aos atos praticados pelos entes públicos da região.

2.1 Participação Popular

Participação popular, essas duas palavras já trazem em sua essência tudo o que representam, é a participação do povo em atos que representam a sociedade,

atuando como indivíduo ou em grupo de maneira que o bem da coletividade seja aprimorado com a participação dos grupos envolvidos naquela sociedade. Desta forma observou-se a necessidade de colaboração de voluntários para o exercício do Controle Social a fim de acompanhar como e de que forma são efetuados os gastos do ente público.

Neste sentido em diversas regiões do país foram criadas entidades sem fins lucrativos, com objetivo de efetuar um controle social paralelo às entidades governamentais já instituídas de forma regimental pelo Estado, tais como Tribunais de Contas, Controles Internos, Poder Judiciário, Promotorias de Justiça, etc., estas entidades e ou associações de pessoas, trabalham de modo a aprimorar as formas de controle das ações de governo e de como é efetuado o gasto público, sempre primando pela otimização dos recursos gastos e primando pela licitude e transparência de tudo o que é realizado pelos órgãos públicos na região onde eles estão inseridos.

2.1.1 Participação Social

Participar é se envolver nos assuntos, é discutir e propor ideias que venham acarretar em melhorias para a sociedade. Como afirma Demo (1996, p. 19-20), participação é um processo de conquista e doação que “supõe compromisso, envolvimento, atuação em ações por vezes arriscadas e até temerárias”.

Pode-se dizer que a participação popular no Brasil se intensificou a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. Fundamentada nos princípios de descentralização e democracia, a constituinte embasou a criação de mecanismos como os conselhos gestores de políticas públicas, órgãos que permitem que a sociedade civil participe da formulação, implementação e controle das políticas públicas.

Para Gerschman (2004, p.35), esses conselhos foram incorporados à Constituição, com o propósito de se tornarem canais efetivos de participação da sociedade civil e como formas inovadoras de gestão pública, a fim de possibilitar o exercício de uma cidadania ativa.

Em tese os conselhos são um meio para o exercício da democracia, pois possibilitam à sociedade civil ser protagonista do processo de consolidação da

democratização no país e da luta pela efetivação da descentralização das políticas sociais.

2.1.2 Controle Social

Tendo em vista a complexidade das estruturas político-sociais de um país e o próprio fenômeno da corrupção, o controle na Administração Pública não deve restringir-se ao controle institucional. É fundamental para toda a coletividade que ocorra a participação dos cidadãos e da sociedade organizada no controle do gasto público, monitorando permanentemente as ações governamentais e exigindo o uso adequado dos recursos arrecadados.

O controle social pode ser entendido como a participação do cidadão na gestão pública, na fiscalização, no monitoramento e no controle das ações da Administração Pública.

Introduzindo o tema, cabe esclarecer que o controle social é uma experiência relativamente nova no Brasil. É de conhecimento geral que os órgãos públicos sofrem determinadas formas de controle de auditoria estabelecidas em Lei, porém o quantitativo de profissionais auditores por habitantes esta longe do quantitativo ideal. Diante desta realidade é imprescindível à idealização de ações que busca a conscientização coletiva, a necessidade do pleno exercício de cidadania – que ultrapassa o limite de escolher representantes e ser um contribuinte -, todos têm que ter uma prática consciente de que se precisa fiscalizar, sendo um verdadeiro auditor social.

Na prática percebe-se no Brasil que a cada período eleitoral atribui-se a nossa responsabilidade a um representante eleito, e que este passa a gerir os impostos arrecadados para desenvolver atividades do bem comum. A fiscalização existente perante a legislação é precária, necessitando que a sociedade se organize de forma voluntaria e imparcial, na busca de um controle social efetivo sobre as ações dos governos.

Nesta perspectiva, o 'Controle Social' é do povo sobre o Estado para a garantia da soberania popular. Segundo IAMAMOTO & CARVALHO, 1988, p. 108, a burguesia tem no Estado, enquanto órgão de dominação de classe por excelência, o aparato privilegiado no exercício do controle social.

2.2 Observatório Social

A origem do termo observatório está relacionada aos primeiros observatórios astronômicos (nos séculos XVIII e XIX) e meteorológicos e ao uso crescente de indicadores estatísticos por órgãos governamentais e agências multilaterais, sobretudo a partir do século XX (ALBORNOZ; HERSCHMANN, 2006). Desde a década de 1990, o termo vem sendo amplamente utilizado no campo social e político. Governos locais e nacionais, organizações não governamentais, universidades e organizações supranacionais, como a União Europeia, vêm implantando observatórios de diversos tipos. Seu ponto em comum é o de monitorar de forma sistemática o funcionamento ou desempenho de um setor ou tema específico. Observatórios costumam coletar, registrar, acompanhar e interpretar dados, produzir indicadores estatísticos, criar metodologias para codificar, classificar e categorizar informações, estabelecer conexões entre pessoas que trabalham em áreas similares, bem como monitorar e analisar tendências (ALBORNOZ; HERSCHMANN, 2006).

Formalmente, um observatório pode ser um órgão de governo, parte da estrutura de uma universidade, de uma ONG ou de um organismo multilateral, ou, ainda, constituir-se na forma de uma associação independente.

O Observatório Social do Brasil foi constituído em 2005, definindo como missão: “despertar o espírito de cidadania fiscal proativa, via sociedade organizada, em cada cidadão, tornando-o atuante na vigilância social em sua comunidade”. Sua visão de futuro almeja “toda a sociedade brasileira consciente de seus deveres e direitos como contribuintes e cidadãos, praticando a vigilância social, assegurando a justiça social”. A organização auxilia cidades que se dispõem a implantar processos de monitoramento dos gastos públicos, desenvolvendo metodologias e orientando a organização do trabalho em cada local, de acordo com certo padrão de atuação.

O Observatório Social trabalha no sentido de levar à comunidade a importância social e econômica dos tributos e, principalmente, viabilizar a correta aplicação dos recursos públicos através do controle social, pois para qualquer resultado positivo em políticas públicas que visem à melhoria de condições de vida

dos brasileiros (educação, saúde, segurança), dois fatores são essenciais: recursos (que vêm dos tributos) e a correta aplicação destes.

Este tipo de organização atua como organismo de apoio à comunidade para pesquisa, análise e divulgação de informações sobre o comportamento de entidades e órgãos públicos com relação à aplicação dos recursos, ao comportamento ético de seus funcionários e dirigentes, aos resultados gerados e à qualidade dos serviços prestados. Possibilita o exercício do direito de influenciar as políticas públicas que afetam a comunidade, conforme assegurado pelo Art. 1º da Constituição Federal de 1988: "todo poder emana do povo".

Atualmente, encontramos Observatórios Sociais nos municípios de Blumenau SC, Maringá PR, Londrina PR, Itajaí SC e outros, constituídos e operando no sentido de buscar um melhor controle das ações do poder público em suas comunidades. Estes órgãos constituídos trabalham no sentido de verificar atos e procedimentos efetuados pelos entes governamentais, observando a licitude e a veracidade das informações, verificando se tudo o que foi contratado está sendo cumprido.

Segundo informações contidas nos sites destas instituições a atuação destas entidades ocorre no sentido de fiscalizar e apoiar o órgão público, evitando desperdícios, fraudes e desvios de recursos públicos. São feitos trabalhos no sentido de evitar erros e minimizar desperdícios efetuando treinamentos dos agentes envolvidos e controles dos atos que são realizados pelos entes públicos.

Estes Observatórios Sociais atuam em diversas áreas e setores, pois em sua essência são formados por equipes multiprofissionais advindos de diversos setores da sociedade, todo o trabalho efetuado por esta equipe é de forma voluntária e livre de vícios ou tendências, é uma atividade espontânea e alheia a qualquer tipo de vinculação e ou obrigação. Buscando sempre o bem comum tem a priori como objetivo o benefício da coletividade a qual está inserida.

Embora os Observatórios não tenham poder de exercer sanção direta sobre os governantes, sua ação pode mobilizar e influenciar outros mecanismos de accountability – como os controles judicial, parlamentar ou administrativo e até influenciar as eleições e as regras estatais intertemporais (ABRUCIO e LOUREIRO, 2005), gerando efeitos mais amplos sobre a cidadania e a democracia de uma cidade ou de um país.

Accountability democrática - ou responsabilização política – pode ser definida como o conjunto de mecanismos institucionais pelos quais os governantes são constrangidos a responder, ininterruptamente, por seus atos e omissões perante os governados (ABRUCIO e LOUREIRO, 2005).

Neste sentido, percebe-se que nas localidades onde os Observatórios Sociais estão inseridos, embora estes não tenham o poder de exercer sanção sobre os governantes pelos seus atos, muitas vezes pelo convencimento e pelo controle que exercem de suas atitudes, os Observatórios Sociais fazem com que os governantes executem suas atividades da forma mais prudente e correta possível. Os Observatórios Sociais fazem um importante trabalho de fiscalização dos governados em relação a seus governantes, contribuindo desta forma com uma melhor gestão dos recursos e dos atos praticados por aqueles que fazem a gestão dos recursos públicos das entidades governamentais que administram.

O controle exercido pelos Observatórios Sociais na região onde estão estabelecidos entende-se como uma das formas mais democráticas e pacíficas de controle da sociedade sobre os gestores dos recursos, que administram os tributos pagos pelo coletivo da sociedade. Este tipo de controle se bem aproveitado pelo ente público serve como ferramenta de apoio para uma boa gestão e maximização na aplicação dos recursos arrecadados e para uma boa governança.

2.2.1 Observatório Social Regional

A forma e possibilidade de constituição de um Observatório Social Regional é o objeto do presente trabalho. Considerando que é algo novo em nosso país, este tipo de organização, a bibliografia a respeito do tema é muito restrita. As maiores informações a respeito são encontradas nos sites de Observatórios Sociais existentes e na central nacional do observatório social do Brasil em <http://osbrasil.org.br/>.

Cabe aos órgãos públicos incentivar a participação do povo na tomada de decisões, quando da destinação e aplicação dos recursos públicos. A legislação federal já prevê isso, porém isso por si só não basta, percebe-se que a sociedade precisa se organizar de forma sistêmica para acompanhar todas as ações governamentais de forma efetiva. Agindo desta forma tem-se um controle mais

efetivo, com maior transparência dos atos governamentais e mais lisura frente às ações governamentais.

Os meios de comunicação noticiam diariamente que a sociedade vem aprimorando as formas de controles, visando um maior aproveitamento dos recursos públicos e junto a isso contribuindo para melhoria das ações dos governantes. No intuito de contribuir para essa melhoria a presente pesquisa tem como diretriz estudar a possibilidade de criar uma ONG, a nível regional, para atender os onze municípios ligados a AMUPLAM. Com isso espera-se que esta entidade traga uma melhoria na qualidade do gasto público, uma redução de erros nos atos governamentais, prevenindo o desperdício e o mau uso dos recursos públicos.

O desafio de criar um Observatório Social Regional na região da AMUPLAM é oriundo do grande volume de recursos contabilizados nos orçamentos dos municípios integrantes desta região e das enormes somas de despesas relatadas em seus portais. O acompanhamento social ainda é muito precário, visto que apenas uma pequena parcela da população tem conhecimento das formas de acesso à informação e considerando ainda que desta parcela muitos têm desinteresse sobre o assunto.

De acordo com o estudo torna-se evidente a necessidade de mobilização social a fim de que alguns setores sociais criem um ambiente adequado para que grupos multiprofissionais ligados à região estudada se unam em prol do objetivo comum de aprimorar o controle social criando um Observatório Social Regional. Este Observatório teria a finalidade de melhorar as ações governamentais dos municípios ligados a regional, qualificando o gasto público de forma a maximizar as ações de governos com uma mesma quantidade de recursos. Nesse sentido também primando pelo bem comum, pela legalidade, pela licitude, e pelo bom uso dos recursos, prevenindo o desperdício e as fraudes e melhorando a gestão pública.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Atualmente, os Observatórios Sociais que surgem e são implantados nos diversos municípios do Brasil, seguem as orientações advindas do Observatório Social Brasil <http://osbrasil.org.br/>. Desta forma, tem-se uma uniformidade dos procedimentos que são adotados em todos os Observatórios Sociais espalhados pelo interior do Brasil.

Baseado neste dado buscou-se pesquisar a legislação e documentos atinentes a criação e implantação de um Observatório Social.

3.1 Tipo de Pesquisa e Abordagem

Sendo esta uma pesquisa descritiva, ela reflete se objetivo primordial que é a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática (GIL, 2002, p. 42).

Algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, e pretendem determinar a natureza dessa relação. Nesse caso, tem-se uma pesquisa descritiva que se aproxima da explicativa. Há, porém, pesquisas que, embora definidas como descritivas com base em seus objetivos acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias (GIL, 2002, p. 42).

Neste sentido o presente trabalho se propõe a efetuar uma pesquisa descritiva, documental, explorando a legislação e guias de procedimentos sobre como implantar um Observatório Social em uma região, estudando sua viabilidade. Dentro deste parâmetro foi pesquisado o que são e como atuam os Observatórios Sociais no Brasil e a maneira de instalar um Observatório Social na região de estudo.

A abordagem do problema se deu de forma qualitativa, que é definida por Creswell (2010, p. 43); a abordagem qualitativa é “um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema

social ou humano”. Os principais procedimentos qualitativos, segundo Creswell também focam em amostragem intencional, coleta de dados abertos, análise de textos ou de imagens e interpretação pessoal dos achados.

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa vem sendo utilizada nas Ciências Sociais, englobando a maior parte das disciplinas acima citadas com o intuito de explicar os meandros presentes nas relações organizacionais, já que a ação humana depende da significação que os atores sociais dão a elas. Tal significação pode ser ‘lida’ como entendimento do contexto em que as pesquisas qualitativas ocorrem. Marsden, afirma que compreender as organizações é um processo de interpretação textual e não a construção de um conhecimento. Que leituras múltiplas e conflitantes sobre determinado assunto podem ser simultaneamente válidas nos levando a acreditar que a linguagem não é um mero instrumento/mecanismo que dá acesso ao mundo externo, mas o próprio conhecimento. É através da linguagem que se produz os resultados das pesquisas qualitativas e se entende o mundo, o que caracteriza sua centralidade.

Desta maneira o presente trabalho, será desenvolvido de forma qualitativa, buscando dados e legislações, experiências já desenvolvidas de Observatórios Sociais em outras regiões do país, compilando dados para demonstrar a viabilidade de implantação ou não de um Observatório Regional na região proposta, demonstrando a realidade da região e suas especificidades, assim como não menos importante demonstrando a necessidade e a demanda nesta região por este tipo de entidade, tudo de forma descritiva, conforme os dados coletados.

3.2 Procedimento Técnico da Pesquisa

Dentre os diversos procedimentos técnicos de pesquisa, optou-se pela Pesquisa Bibliográfica, este tipo de pesquisa é desenvolvido a partir de material já elaborado por outros pesquisadores. (GIL, 2008). Neste caso o pesquisador coleta informações sobre pesquisas anteriores em fontes bibliográficas, tais como:

Livros – obras literárias ou obras de divulgação, dicionários, enciclopédias, anuários e almanaques; Publicações periódicas – artigos científicos de revistas ou jornais científicos, disponíveis em bibliotecas ou internet e Obras acadêmicas – TCC, dissertação de mestrado, tese de doutorado, disponíveis em bibliotecas ou internet.

A pesquisa bibliográfica não realiza pesquisa de campo, o que pode limitar seu campo de atuação caso não se aprofunde adequadamente o tema investigado.

No entanto, a pesquisa bibliográfica é utilizada em todos os trabalhos com pesquisa de campo, para desenvolvimento do tema do trabalho em sua revisão de literatura.

A pesquisa proposta neste trabalho é evidente a sua interação com a bibliografia já existente, tudo o que se pretende fazer será baseado em experiências já descritas, verificando a sua viabilidade em uma nova região anteriormente delimitada. Foi pesquisado sites e cartilhas de Observatórios Sociais em funcionamento, e estudada a possibilidade de inserir uma entidade deste porte na região da AMUPLAM, observando sua viabilidade financeira e estrutural e técnica de funcionamento.

3.2.1 População Analisada

A população a ser analisada é de a região do Estado do Rio Grande do Sul, chamada de AMUPLAN (Associação dos Municípios do Planalto Médio), composta pelos municípios de Ajuricaba, Augusto Pestana, Bozano, Catuípe, Condor, Coronel Barros, Ijuí, Jóia, Nova Ramada, Panambi, Pejuçara. Esta região foi escolhida para estudo, por ser uma região importante do Estado do Rio Grande do Sul. Está associação de municípios - possui um total de 11 municípios – têm um orçamento aproximado de R\$ 547.330.000,00(quinhetos e quarenta e sete milhões e trezentos e trinta mil reais) de orçamento anual, e uma área territorial de 5.167,981 km², bem como uma população de 166.599 habitantes.

3.3 Limitações da Pesquisa em Função do Método Aplicado

Assim sendo, dadas às características próprias e o desenho que se propuseram, as limitações estão nas nuances e especificidades apenas das prefeituras componentes do grupo formado nesta pesquisa. Ao definir a região da

AMUPLAM como foco da pesquisa, o estudo ficou limitado aos dados colhidos dos municípios pertencentes a esta região do Rio Grande do Sul, para posterior análise de sua viabilidade de implantação de um Observatório Social.

4 ANÁLISES DOS RESULTADOS

4.1 Dados da Região Estudada

Na pesquisa desenvolvida buscaram-se dados da região em que se pretende implantar um Observatório Social. Foram levantados dados dos municípios que fazem parte desta região, tais como população, território e os valores orçados, para a partir daí ter um parâmetro para necessidade ou não de implantação desta ONG.

Ainda levantaram-se dados das potencialidades da região, de quais as formas e maneiras para implantação do Observatório Social Regional e quais as entidades e ou pessoas que poderiam se engajar no projeto de criação e manutenção desta ONG.

4.1.1 Dados dos Municípios da Região Analisada

Analisando o perfil dos municípios da região da AMUPLAM, verifica-se uma diversidade de tamanho e população, bem como na área geográfica. Esta região tem uma área total em Km² de 5.167,981 representando quase 2% da área territorial do Estado do Rio Grande do Sul, ainda temos uma população de 166.599 habitantes e o conjunto dos orçamentos de todos os municípios representa R\$ 547.330.000,00 (quinhentos e quarenta e sete milhões e trezentos e trinta mil reais).

Ainda pode-se dizer que analisando cada unidade municipal, se pode perceber as características de cada município. Alguns têm a população maior e outros têm o orçamento, outros, no entanto, apresentam a área territorial maior e isso não significa que um destes itens sendo maior eleva os demais. Como exemplo pode citar o município que tem a maior área territorial não é o que tem a maior população e nem o maior orçamento. Por outro lado o município com a maior população tem o maior orçamento, mas não tem a maior área territorial. Diante disso é importante observar que estes três itens se completam, formando uma característica da potencialidade de cada município e isto serviu para análise.

Na Tabela 01, encontram-se informações referentes aos Municípios da região da AMUPLAM, analisados neste trabalho: população, área territorial e orçamento municipal.

Tabela 1: Dados dos Municípios da AMUPLAM.

MUNICÍPIOS DA AMUPLAM			
MUNICÍPIOS / DADOS	POPULAÇÃO	ÁREA (km²)	RECEITAS (R\$)
AJURICABA	7255	323,239	20.985.000,00
AUGUSTO PESTANA	7096	347,439	19.812.000,00
BOZANO	2200	201,039	11.269.000,00
CATUÍPE	9323	583,258	23.503.000,00
CONDOR	6552	465,188	23.931.000,00
CORONEL BARROS	2459	162,949	15.575.000,00
IJUI	78915	689,133	254.666.000,00
JÓIA	8331	1.235,89	28.972.000,00
NOVA RAMADA	2437	254,755	13.344.000,00
PANAMBI	38058	490,857	115.692.000,00
PEJUÇARA	3973	414,239	19.581.000,00
TOTAL	166599	5.167,981	547.330.000,00

FONTE: IBGE 2014.

4.1.2 Dados das Entidades da Região Analisada que Poderão Apoiar o Projeto

Analisando o perfil dos municípios da região da AMUPLAM, importante destacar os dez padrões diferentes de entidades que poderão se engajar na criação deste projeto de implantação de um Observatório Social nesta região. Na planilha a seguir, Tabela 02 – procurou-se destacar onde existem e onde não existem entidades e quais são elas.

Observa-se que a partir da Tabela 02, encontram-se subsídios para análise de potencialidade da região para a instalação do Observatório Social Regional, para que seja vislumbrada em qual localidade ha mais viabilidade de ser a sede ou a instalação do Observatório Social.

Os dados descritos foram buscados através da internet e via contato telefônico, e representam uma fotografia de como se encontram os municípios estudados e qual suas potencialidades.

Os dados referentes às empresas existentes em cada município foram levantados com dificuldade, visto que não existe um cadastro específico no setor público de quantas empresas existem e em quais áreas e qual o faturamento destas empresas, a quantidade de funcionários e a riqueza que geram para estes municípios. Enfatiza-se que isto não é um caso isolado, em todos os municípios onde se buscou informações não foi possível encontrá-las. Este fato deixa evidente o descontrole público, visto que toda e qualquer empresa gera tributos que devem ser repassados ao poder público o que gera renda ao município e retorno ao cidadão. Para tanto o mínimo necessário é que se tenha conhecimento de sua existência junto ao órgão público, com um cadastro ativo e anualmente atualizado.

O que se percebe, pelas informações repassadas, é que os municípios de Ijuí e Panambi são os municípios da AMUPLAM que tem o maior número de empresas de maior porte e com um faturamento considerável.

Ainda é importante ressaltar que existem outras entidades em todos os municípios e até mesmo pessoas físicas que poderão vir a contribuir para a manutenção do Observatório Social. As entidades apresentadas na Tabela 2, representam um potencial maior, com grande possibilidade de vir a se engajar em um futuro projeto de implantação. Pelo que foi observado ao analisar os Observatórios Sociais que já estão em funcionamento em outras localidades, estes contam em sua maioria com a participação das mesmas entidades aqui relacionadas e ainda com a participação de algumas pessoas físicas.

A Tabela 02, define os Municípios e Entidades que poderão apoiar o projeto de implantação do Observatório Social, trazendo dados dos onze municípios da região da AMUPLAM:

Tabela 2: Municípios e Entidades com Potencial de Apoio ao Observatório Social.

Entidades /Municípios	AJURICABA	AUGUSTO PESTANA	BOZANO	CATUÍPE	CONDOR	CORONEL BARROS	IJUI	JÓIA	NOVA RAMADA	PANAMBI	PEJUÇARA
SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
SINDICATO RURAL PATRONAL	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
SUB-SECÇÃO DA OAB	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
INSPETORIA DO CREA	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
DELEGACIA DO CRC	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
UNIVERSIDADES	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
COOPERATIVAS DE GRANDE PORTE	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
ASSOCIAÇÃO DE BAIROS	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
GRANDES EMPRESAS	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO

FONTE: O AUTOR.

4.2 Dados para Implantação do Observatório Social

Para a criação de um Observatório Social, faz-se necessário identificar pessoas interessadas em desenvolver estas atividades de forma voluntária e contínua, pois será fundamental o envolvimento de diversos atores, com os mais variados perfis e formações, tendo ainda a maior quantidade de segmentos da sociedade civil, sobretudo da sociedade organizada.

Posterior a isso para difundir a ideia e atrair mais pessoas para o grupo, novos colaboradores, é determinante a utilização das mídias disponíveis. Ferramentas como as mídias sociais (blogs, microblogs (Twitter), redes sociais (Facebook), fóruns, e-groups, instantmessengers, wikis, sites de Compartilhamento de conteúdo multimídia (YouTube, Flickr, SlideShare, Vimeo) desempenham papel inovador e de longo alcance na sociedade. Além disso um grupo de whatsapp certamente dará o impulso necessário na implantação e adesão ao projeto de criação da ONG.

Passado esta fase e com o grupo de colaboradores já pré-definido, é imprescindível que só dos interessados na criação da ONG seja designado para levantar dados (nomes, presidente, endereços, e-mail, telefones) de todas as entidades da Sociedade Civil Organizada existente nos Municípios, todos os segmentos, sem exclusão. São exemplos de entidades, igrejas, universidades, associações comerciais, sindicatos, federações, cooperativas, associações de bairros, conselhos comunitários, conselhos de segurança, movimentos, fóruns, conselhos sociais, clubes de serviço (Rotary, Lions Clube, Maçonaria, etc...), entidades de classe (OAB, CRC, CREA, CAU, CRA, CORECON. etc...). Também, deve-se manter um cadastro de autoridades locais, incluindo, Prefeito, Vice-prefeito, Secretários, Presidente da Câmara Municipal, Vereadores, Promotores de Justiça, Delegado de Polícia Civil, Comandante da Polícia Militar, etc. Ainda, importante levantar todos os meios de comunicação que atuam na cidade, como os jornais regionais e locais, os canais de TV, as rádios, os blogs, que serão contatados para divulgação dos eventos marcados para a criação da ONG.

O próximo passo a ser definido é a busca por representatividade e recursos humanos e financeiros. Em uma primeira parte do projeto orienta-se a realização de uma reunião preliminar com as pessoas interessadas em levar adiante a ideia. Para

esta reunião é interessante marcar uma palestra de sensibilização, e para esta palestra de sensibilização é aconselhável trazer um palestrante de uma ONG já existente, deverá ser dada ampla divulgação.

Desta palestra de sensibilização deverá resultar a constituição de uma comissão para criação da ONG de controle social no município. É imprescindível fazer um levantamento sobre empresas que tem interesse em assumir compromisso de contribuir financeiramente e tecnicamente, com valor definido, por um período mínimo de um ano, quando a ONG vier a ser Constituída.

A comissão para criação da ONG de controle social no município terá como responsabilidade a identificação de novos contribuintes, estima-se a necessidade de atingir um valor mínimo entre R\$ 5.000,00 a R\$ 8.000,00 mensais; a organização de uma diretoria, composta de diretoria executiva, conselho fiscal e conselho deliberativo, sendo que este último deverá ser integrado por representantes de no mínimo, 10 segmentos da sociedade civil organizada. Junto a isso deverá ocorrer a elaboração de um projeto de estatuto social; publicação de edital convocando assembleia de constituição, aprovação de estatuto, eleição e posse da diretoria.

É vital que haja a participação de diversos agentes, e que estes sejam advindos de diversos segmentos da sociedade para formação do conselho deliberativo da entidade constituída do Observatório Social. Esta representatividade abrangente fortalece a entidade e reduz a possibilidade de eventuais interferências de um ou mais destes setores, no sentido de tentar limitar a ação fiscalizatória devido a conflitos de interesses.

A escolha da diretoria executiva deve ser um pouco mais criteriosa. Esta deve ser escolhida de acordo com seu interesse pela causa, o conhecimento técnico da área e principalmente disponibilidade de tempo. O diretor e o consultor jurídico devem ter alguma familiaridade com a gestão pública, é indispensável esta característica.

Entende-se que enquanto não se tiver uma assessoria jurídica definida dando suporte para todas as decisões e encaminhamentos, é melhor adiar as próximas etapas da constituição da ONG do Observatório Social.

Outro ponto que é importante destacar antes de prosseguir com a implantação do Observatório Social é sobre os recursos financeiros, pois sem estes recursos não há como manter e até mesmo implantar e fazer os registros legais

necessários da ONG. É importante salientar que a busca por recursos financeiros deve ser feita em entidades não governamentais. Jamais a entidade deve receber recursos do órgão a ser fiscalizado, a fim de garantir a independência e imparcialidade da atuação, este custo de manutenção deve ser deixado para a sociedade que pretende dispor de uma estrutura de fiscalização e que também deverá mantê-la e financiá-la.

Pelo que se percebe nos Observatórios Sociais que hoje se encontram em funcionamento, no início é mais difícil à formação de grupo de contribuintes para a manutenção da ONG. Então é importante fazer uma grande mobilização para obter o compromisso financeiro, por um período mínimo de um ano e que isso seja feito antes da constituição e início das atividades, pois neste caso, as entidades, empresas ou pessoas físicas se sentirão como formadores idealizadores do processo de criação. O que se vê é que depois de a estrutura estar funcionando o convencimento para novos contribuintes é um pouco mais difícil.

Outra forma de doação que pode ser implementado, é a doação de bens e serviços ou até mesmo o fornecimento de local para funcionamento da sede da ONG, isto pode ocorrer tanto na fase de implantação, quanto posteriormente na manutenção da entidade.

Então, estando definido a estrutura e o local de funcionamento, recursos financeiros para a manutenção, equipe de colaboradores e recursos humanos, tudo já predefinido e garantido, comissão poderá convocar uma assembleia geral de constituição, aprovação do estatuto, eleição e posse da diretoria. Novamente, é importante mobilizar todos os meios de comunicação, enviar convites para entidades e empresas, bem como convocar interessados por meio das redes sociais. No dia da assembleia de constituição, é importante já ter chapa contendo o nome dos interessados em participar da diretoria da ONG, com o objetivo de garantir o êxito do evento. Outro dado importante é fazer constar no estatuto social o endereço da sede da ONG, ainda que provisório, uma vez que a RFB não expedirá o CNPJ sem essa informação.

Depois desta etapa, devem ser feitos os registros cabíveis, no cartório de registro civil do município sede da ONG, CNPJ na receita federal, Alvará de Funcionamento no município, bem como abertura de conta bancária junto a uma instituição financeira (banco). Assim como estes registros descritos anteriormente

devem ser feitos, também se faz necessário remeter toda a documentação para que seja feita uma contabilidade da ONG, desta maneira atendo a legislação vigente no país.

4.3 Outras Considerações

Um ponto a ser considerado, é que existe em sua maioria ONGs com a finalidade de Observatório Social de forma individualizada, uma para cada município, essa cultura individualista está predominando na maioria dos Observatórios Sociais encontrados, existe poucos casos onde a regionalização do Observatório Social encontra-se em funcionamento, como exemplo dessa prática mais abrangente pode-se citar a Associação de Municípios de Campos Gerais no Paraná, e o Observatório Social de Brusque e Região, informações estas encontradas junto ao Observatório Social Brasil.

5 CONCLUSÃO

Dos dados analisados se pode concluir que das diversas situações, explicitadas conforme cartilhas e artigos relacionadas aos Observatórios Sociais que estão em funcionamento no Brasil, a forma individualizada é a predominante, e que nesse contexto a formação de um Observatório Social Regional é algo incomum na atualidade, mas que se demonstra viável na região da AMUPLAM, como é o caso da Associação de Municípios de Campos Gerais no Paraná e o Observatório Social de Brusque e Região, que já vem a algum tempo desenvolvendo suas atividades em forma regional.

A ideia central de promover o levantamento com enfoque econômico, técnico e social para implantação do Observatório Social Regional na região da AMUPLAM, identificando a viabilidade implantação foi alcançada e da análise dos dados coletados frente à implantação de um Observatório Social municipal, pôde-se justificar esta ideia. Faz-se então necessário descrever qual a forma mais viável para que esta implantação tenha êxito.

Observando os dados da Tabela 01 e da Tabela 02, é possível verificar um potencial maior no município de IJUÍ para acomodar a futura sede da ONG, seguida pelo município de Panambi que também oferece condições. Os demais municípios da região estariam em um segundo grupo como apoiadores e participantes.

Justifica-se esta ordenação, a respeito da sede do futuro Observatório Social Regional, pelo fato de que Ijuí tem o maior número de habitantes do grupo e o maior número de entidades das citadas para serem possíveis colaboradoras do grupo formador do Observatório Social. Apresenta também a existência de várias empresas de grande porte e pessoas físicas de alto poder aquisitivo.

O município de Panambi fica em segundo lugar por ter a segunda maior população, o segundo maior orçamento, e o segundo maior número de entidades das que foram citadas para que se busquem colaboradores para formar o Observatório Social.

Os demais municípios que compõe o grupo não possuem entidades suficientes para colaborarem na formação de um Observatório Social, uma vez que são município de pequeno porte com uma população bem reduzida, abaixo de 10.000 habitantes cada.

Atuar na mesma forma que os demais Observatórios Sociais Regionais. Desenvolver suas atividades, com um núcleo central no município de IJUI, onde seria a sede desta ONG e com núcleos de apoio em cada um dos demais dez municípios pertencente à AMUPLAM.

Espera-se com este trabalho ter contribuído para qualificar a gestão pública ao informar as pessoas interessadas em colocar em prática as ideias aqui levantadas, e futuramente ver atuante um Observatório Social Regional na Região da AMUPLAM, a fim de desenvolver práticas de controle da sociedade sob o ente público com finalidade econômica e de justiça social dentro dos princípios da Administração Pública de forma legal e moral na execução do gasto público, evitando desvios e melhorando a prática administrativa com base na gestão eficiente dos orçamentos e na divulgação transparente de suas ações.

Foi gratificante perceber que existem formas e meios para que haja o aperfeiçoamento do controle social e que estas ferramentas estão disponíveis, bastando apenas que a sociedade se organize e lance mão destes mecanismos para aprimorar o convívio social e melhorar a qualidade de vida de suas populações.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F.L.; LOUREIRO, M.R. Finanças públicas, democracia e accountability. In: BIDERMAN, C.; ARVATE, P.R. (org.). **Economia do Setor Público no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

ALBORNOZ, L.A.; HERSHMANN, M. Os observatórios ibero-americanos de informação, comunicação e cultura: balanço de uma breve trajetória. e-compós. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**. Dez 2006.

ANTHONY, R. N., GOVINDARAJAN V. **Sistemas de controle gerencial**. 12. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.

ASSAF NETO, Alexandre;LIMA, Fabiano Guasti. **Curso de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 2009.

CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social participativa**.3.ed.São Paulo: Cortez, 1996.

GERSCHMAN, Silvia. **Conselhos Municipais de Saúde: atuação e representação das comunidades populares**. Cad. Saúde Pública; Rio de Janeiro, 20(6): 1670-1681, nov-dez,2004. Disponível em www.scielosp.org/pdf/csp/v20n6/26.pdf. Acesso em Out./2015.

GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos, **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antônio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

IAMAMOTO, M. V. & CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 6. Ed. São Paulo: Cortez/Celats, 1988.

MARSDEN, Richard; TOWNLEY, Barbara. **Introdução: A coruja de Minerva: reflexões sobre a teoria na prática**. In: CLEGG, Stewart; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. (Orgs.) Handbook de Estudos Organizacionais. São Paulo: Atlas, 2001. v.2, p. 31-56.

Observatório Social do Brasil. Disponível em: <http://osbrasil.org.br/>. Acesso em Out./2015.

Observatório Social de Brusque. Disponível em: <http://www.osbrusque.com.br/web/>. Acesso em Nov./2015.

Observatório Social do Brasil – Campos Gerais. Disponível em: <https://www.facebook.com/osbcamposgerais/timeline/>. Acesso em Nov./2015.

Observatório Social de Brasília. Disponível em: <http://brasil.osbrasil.org.br/>. Acesso em Nov./2015

Observatório Social do Brasil >> Paraná – Curitiba. Disponível em: <http://osbrasil.org.br/observatorios-pelo-brasil/parana-pr/parana-curitiba/>. Acesso em Nov./2015.

Observatório Pelotas. Disponível em: <http://www.observatoriopelotas.com.br/>. Acesso em Nov./2015.

Observatório Social de Blumenau. Disponível em: <http://www.osblu.org.br/>. Acesso em Nov./2015.

Observatório Social de São José do Rio Preto – SP. Disponível em: <http://sjdoriopreto.osbrasil.org.br/>. Acesso em Nov./2015.

Observatório Social de Porto Alegre. Disponível em: <http://portoalegre.osbrasil.org.br/>. Acesso em Nov./2015.